

Exame Nacional do Ensino Médio

Geraldo

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) integra um ambicioso projeto de avaliações e reformas do sistema educativo brasileiro. Foi criado para apurar formação pré-universitária. Mecanismos análogos, como o Provão, complementam a aferição da qualidade do ensino nos outros níveis escolares. A edição 99 do Enem, depois que importantes universidades o acolheram como critério parcial ou substantivo de ingresso em seus cursos, contará com participação recorde. Basta dizer que USP, Unesp e Unicamp acrecem até 20% à nota da primeira fase do vestibular, conforme o desempenho do candidato no Enem.

O ensino médio sempre foi estigmatizado. Além da má qualidade, não prepara os alunos nem para a universidade nem para o mercado de trabalho. Daí a necessidade de melhorar seu padrão. O MEC tem procurado – com o Enem, a adoção de novas diretrizes curriculares e concedendo autonomia e flexibilidade pedagógicas – estimular um novo tipo de ensino e de estudante. Nesse processo, algumas características do ensino tradicional – como a memorização, a especificidade disciplinar e o recurso a fórmulas abstratas – vêm sendo substituídas por abordagens que privilegiam o raciocínio, a interdisci-

plinaridade e as habilidades para o convívio cotidiano.

O Brasil possui um dos mais baixos porcentuais de universitários da América Latina. Enquanto a média é de 20% da população entre 18 e 24 anos freqüentando o ensino superior, nossos índices são de apenas 12%. O governo procurou, nos últimos anos, reverter esse quadro. Para tanto, reforçar o ensino médio é tarefa urgente. E, de fato, a repetência, a evasão e a faixa etária dos alunos do ensino médio diminuíram e retratam uma importante expansão das matrículas, permanências e conclusões desse ciclo. A questão é saber com que competências e habilidades nossos jovens ingressam na universidade e no mercado de trabalho.

As diretrizes do ensino médio estão enquadradas em princípios humanistas nobres, como o fortalecimento da solidariedade, o respeito à diversidade sociocultural, o reconhecimento da complexidade da condição moderna, a valorização da pessoa humana, da formação ética e da cidadania. Tudo isso, sem nenhuma modéstia dos formuladores do Enem, deve ser “criticamente contextualizado”, com vista à “tomada de decisões”.

O discurso está na moda. Sua implementação, porém, será lenta, custosa e com resultados imprevistos e indesejados.

Quando, como e quem financiará a formação e o treinamento de docentes com tais virtudes pedagógicas (uma vez que os professores trabalham 40 horas semanais, com baixos salários)? De onde sairão a infra-estrutura, os materiais didáticos e a bibliografia de apoio aos novos princípios axiológicos e pedagógicos (visto que muitas escolas públicas não têm sequer água, luz e giz)?

Quem garante que o recurso à formação ética e ao relativismo valorativo será suficiente para habilitar nossos jovens ao convívio cotidiano numa sociedade crescentemente empobrecida, violenta e excluente?

É importante que o Enem priorize a interdisciplinaridade, a multiplicação das fontes de conhecimento, o uso de diferentes linguagens e a postura crítica na solução dos problemas. O que parece simplório e incompatível com uma visão inovadora da ciência e do ensino é imaginar que, quanto mais informada e ampla a escolha, mais fácil seja a tomada da decisão ou a intervenção social. O excesso de dados é positivo, mas também é revelador dos riscos, paradoxos e perplexidades do processo de decisão. É curioso que o

Enem, mesmo exigindo entre as competências e habilidades do estudante a percepção da complexidade do mundo, lide com padrões tão lineares, causais e mistificadores da aplicação de conceitos à realidade.

Não deixa de ser contraditório o fato de que o Enem e as novas diretrizes curriculares, de um lado, priorizem a autonomia, a flexibilidade e a for-

**Apesar de
ajustes
necessários o
Enem tem
objetivos
relevantes**

mação geral, vale dizer, a diversidade, mas, de outro lado, insistam num único exame nacional. Como, com a prática de um exame uniformizante, reconhecer e promover as diversidades do ensino médio brasileiro?

Mas isso não subtrai os méritos do Enem. Será a segunda edição. O número de inscritos (346) é 120% maior do que no ano passado. Enquanto na primeira edição pouquíssimas instituições de ensino superior admitiam o Enem como critério para seus processos seletivos, hoje mais de 50 universidades o utilizam. De qualquer forma, esse processo de avaliação merece elogios. Se alguns ajustes e aprimoramentos ainda são necessários, é inegável que os objetivos – formar cidadãos ativos no exercício da plena cidadania – são relevantes e prioritários.